

CEDI - P. I. B.
DATA 05/08/87
COD: BOD 33

- POLONOROESTE -

fundação instituto de pesquisas econômicas

SEGUNDO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS ÁREAS
BORORO DO RIO SÃO LOURENÇO, MATO GROSSO

PAULO MARCOS N. SERPA

SÃO PAULO
SETEMBRO - 1986

SEGUNDO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS ÁREAS
BORORO DO RIO SÃO LOURENÇO,
MATO GROSSO.

(Aldeias do Perigara, Tadarimana e Córrego Grande)

Paulo Marcos N. Serpa

Setembro - 1986

São Paulo

INDICE

INTRODUÇÃO	01
QUADRO RESUMO	02
CAPÍTULO I - AREA INDÍGENA PERIGARA	03
1. Localização e Acesso	03
2. Situação Fundiária	04
3. Aspectos Culturais, Sociais e Políticos da Aldeia Perigara	05
3.1. U-Tugo Kuri Dógue (Os Bororo que usam longas flechas)	06
3.2. Dados Históricos e Demográficos	07
4. Avaliação Sócio-Econômica	12
4.1. Caça, Pesca e Coleta	12
4.2. Agricultura	16
4.3. Pecuária	18
4.4. Saúde	18
4.5. Educação	21
4.6. Administração	21
4.7. Algumas Considerações	23
CAPÍTULO II - SITUAÇÃO DAS ALDEIAS CÔRREGO GRANDE E TADARIMANA.	23
1. Introdução	23
2. A Questão da Terra	24
2.1. Córrego Grande	24
2.2. Tadarimana	25
3. Avaliação do Emprego dos Recursos do Polonoroeste	26
3.1. Agricultura	26
3.2. Pecuária	27
3.3. Saúde	27
3.4. Educação	28
3.5. Administração	29

CAPÍTULO III - ALGUMAS CONCLUSÕES E SUGESTÕES	30
TABELA DE POPULAÇÃO	33
BIBLIOGRAFIA	34
ANEXOS	35

INTRODUÇÃO

A visita de avaliação foi realizada no período de 7 a 30 de julho de 1986. São de extrema preocupação os acontecimentos que atingem a área Bororo: os postos de Gomes Carneiro e Perigara estão abandonados, sem infra-estrutura e pessoal necessários para o atendimento da população. Nas três áreas Bororo visitadas só foi possível obter uma avaliação parcial do Programa Polonoroeste, uma vez que parte da dotação para o período de Agosto/85 a Março/86 não havia sido liberada na data da visita.

A maior parte das informações apresentadas foi obtida junto às lideranças Bororo devido à ausência de pessoal administrativo nas áreas, com exceção do P.I. Tadarimana, cujo chefe de posto se encontrava no local. Além dos dados colhidos nos postos indígenas e das observações realizadas nas áreas, este relatório inclui informações obtidas na FUNAI (Cuiabá), Museu Rondon (UFMT) e nos hotéis e fazendas do Pantanal.

Cabe ressaltar que o peso dado na descrição da área de Perigara se justifica pelo total desconhecimento desta área por parte dos pesquisadores, tendo as últimas informações sido coletadas em 1970. Por ser uma área de difícil acesso e de "pouco interesse" etnológico permaneceu esquecida. Portanto, procurar-se-á neste relatório apresentar uma panorâmica da área de Perigara.

Por último, chamo atenção a recente instalação de um missionário do SUMMER/SIL na aldeia de Perigara, além das visitas de outros missionários na aldeia de Córrego Grande. Apurei que o missionário de Perigara não se encontrava na área devido não ter a sua situação legal de permanência no país regularizada e muito menos autorização da FUNAI para estabelecer sede no local. Torna-se necessário a apuração imediata de tal fato, uma vez que fere a Constituição e o Estatuto do índio.

ÁREAS BORORO - QUADRO RESUMO

I. Áreas Bororo Vinculadas ao Programa Polonoroeste.

Áreas	Postos	Aldeias	População	Fonte
Reserva Indígena Tereza Cristina.	Posto Indígena Gomes Carneiro	Córrego Grande	126	Caiuby Novaes jul/86
	Posto Indígena Galdino Pimentel	Piebaga	42 168	
Área Indígena Tadarimana	Posto Indígena Tadarimana	Tadarimana Kowogo i Guru Pobore	39 13 24 76	Caiuby Novaes jul/86
Área Indígena Perigara	Posto Indígena Perigara	Perigara	98 98	Serpa jul/86
Total			342	

II. Áreas Bororo não Vinculadas ao Programa Polonoroeste.

Áreas	Postos	Aldeias	População	Fonte
Reserva Indígena Meruri	Missão Salesiana Sagrado Coração	Meruri Garças	292 73	Caiuby Novaes jul/86
Reserva Indígena do Sangradouro (Área Xavante)	Missão Salesiana Dom Bosco	Sangradouro	30	Estimado.
Total			395	

TOTAL GERAL: 737

CAPÍTULO I

ÁREA INDÍGENA PERIGARA

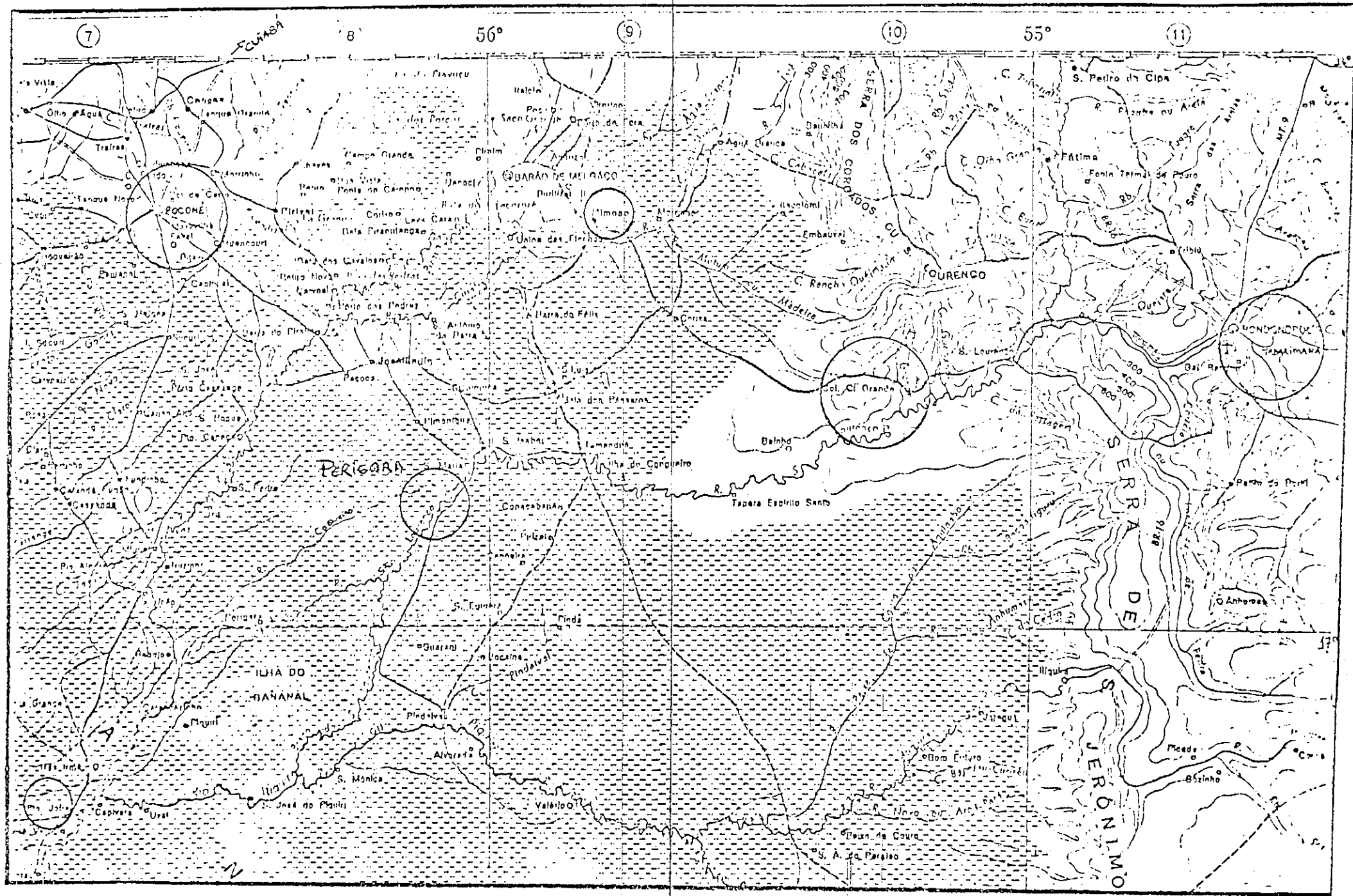
1. Localização e Acesso

A área indígena Perigara está localizada no município de Barão de Melgaço, no Estado do Mato Grosso. Compreende uma área de 10.740 hectares, na margem direita do Rio São Lourenço, definida pelas coordenadas geográficas: 16° 48' - 16° 55' latitude e 56° 12' - 56° 15' de longitude. Localizada, portanto, no centro do Pantanal fisiográfico, apresenta, em quase 40% do seu perímetro, grandes áreas inundadas de difícil uso agrícola. A cobertura vegetal é predominantemente de florestas virgens com grandes concentrações de aroeiras, tamboris, jatobás e acurizais, apresentando-se também áreas de pastos naturais e áreas já usadas em atividades agropecuárias.

A área do Perigara tem por limites, ao norte, as fazendas São Francisco (Prop. Luiz F. Barreto) e Santo André; no sentido Leste/Sul, a fazenda São Francisco e o rio São Lourenço, no sentido jusante; ao Oeste a Fazenda Santa Lúcia (Prop. Amado Costa Leite) e no Sul, a Fazenda São José do Borereo e o rio São Lourenço.

O acesso à área do Perigara se dá, durante todo o ano, pelos cursos dos rios São Lourenço e Cuiabá, partindo do vilarejo de nome Porto Cercado, no município de Poconé. O barco que serve o posto indígena gasta, em média, 48 horas neste percurso. Há também um barco "voadeira", com capacidade para 4 pessoas, cujo tempo de percurso é de 8 horas até o posto Cercado. De Porto Cercado para Cuiabá os índios utilizam um carro da FUNAI, que deve ser requisitado antecipadamente.

Na época de seca (maio-outubro), é possível usar um caminho que atravessa a área, no sentido norte-sul, ligando algumas fazendas da região com o vilarejo Mimoso, de onde, por uma estrada carroçável, se chega à cidade de Santo Antônio do Leverger, município da região metropolitana de Cuiabá. Para percorrer este caminho interno à área, é utilizado o Toyota do P.I. acompanhado do trator, pois muitas partes do caminho são alagadas e encharcadas.



LOCALIZAÇÃO DA ÁREA BORDO DO PERIGARA - PANTANAL.

Na viagem de avaliação, devido às dificuldades de obter informações precisas na FUNAI/Cuiabá, usamos um caminho diferente e mais longo. Partimos de Poconé em direção à divisa do Mato Grosso com o Mato Grosso do Sul, pela estrada Transpantaneira, onde chegamos a um lugarejo de nome Porto Jofre, onde pernoitamos. No dia seguinte seguimos de barco "voadeira", numa velocidade média de 90 Km/h, pelos rios Taquari, Cuiabá e São Lourenço até encontrar o "furo" do Perigara, onde aportamos oito horas depois. Na viagem de volta, seguimos pelo caminho usado na época da seca, cujo percurso durou nove(9) horas ininterruptas.

Dada a dificuldade de acesso, é imprescindível o uso de transporte aéreo para os casos de pronto-atendimento. Na ausência de um campo de pouso na área indígena, pois o antigo está no centro da aldeia, utilizam-se os campos de pouso das fazendas vizinhas(São José do Borereo ou São Francisco).

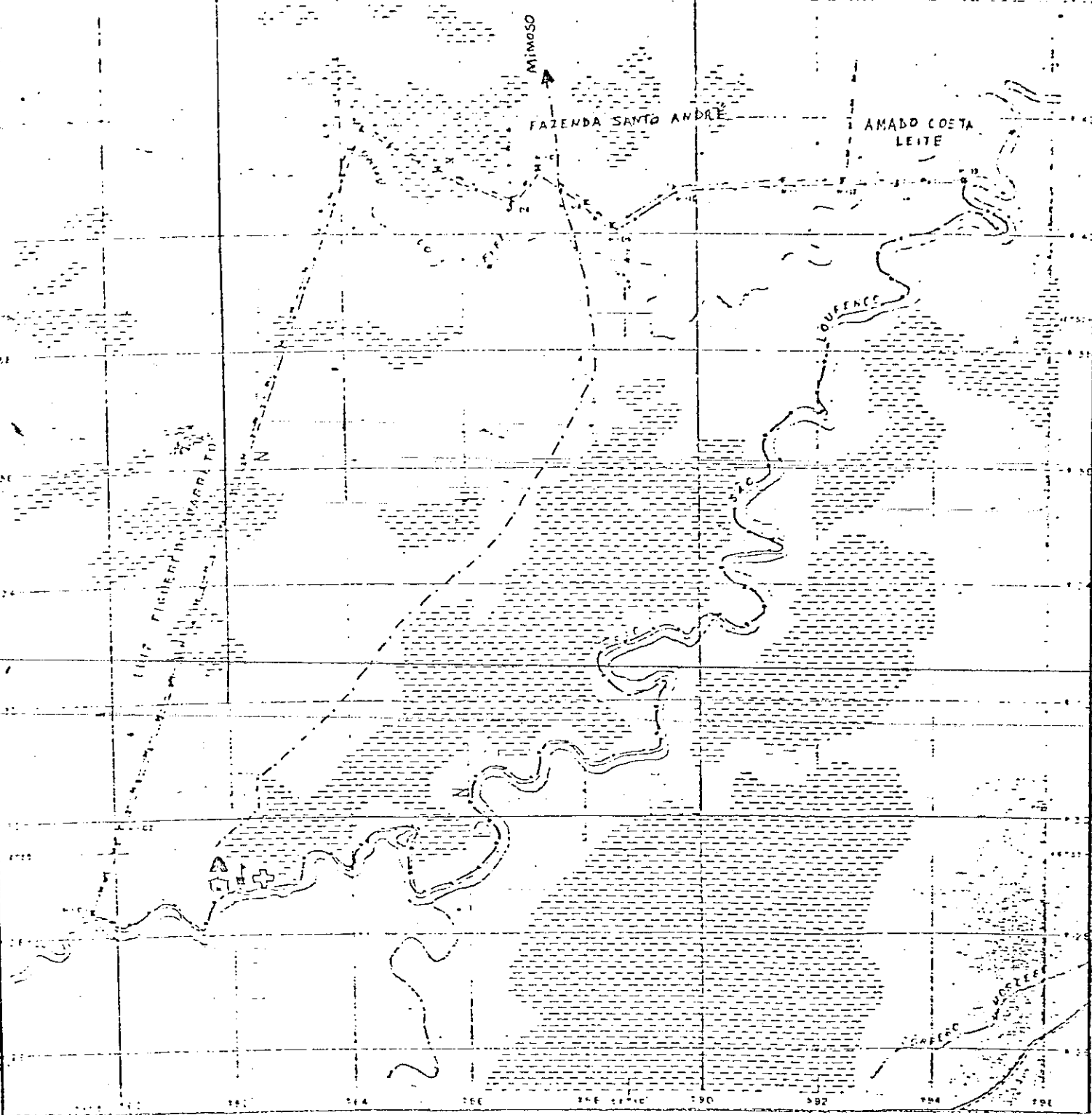
2. Situação Fundiária

A área indígena Perigara está demarcada desde 24.01.84 e aguarda a homologação presidencial.

Não se tem notícias de problemas fundiários na área. Os documentos históricos confirmam a integridade desta área desde os tempos da Colonia Isabel

O Ato nº 426 de 08.01.84 concede "aos índios da extinta Colonia Isabel para aldeados no lugar denominado Tarigara(var. Perigara), o usufruto de uma área de 10 mil hectares". A Resolução nº 761 de 1918, artigo 3, aprova o ato de 1894 e manda o Governo Estadual proceder à medição e à demarcação(cópias em anexo).

Com o SPI, a área passa a ser denominada Posto Indígena de Nacionalização General Couto de Magalhães e permanece ainda sob responsabilidade do Estado. Em 1969, através do Ato de Criação 136/69/FUNAI a área passa a pertencer à União, sendo delimitada e cercada, além de receber a denominação de Área Indígena Perigara. Finalmente, noventa anos depois da concessão de usufruto, a área é demarcada(cópias em anexo).



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRE INDIGENA DEMARCADE
- ALDEIA INDIGENA
- ALDEIA INDIGENA ABANDONADA
- INTERMUNIC. E ESCOLA
- PRAÇA INDIGENA
- MARCO DE DIVISA DE CONHEITO
- CERCA DE FERRA
- EVENTO D'ÁGUA PERMANENTE
- CURSO D'ÁGUA INTERMITENTE
- ALAGADO

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDIGENA - DPI

ÁREA INDIGENA PERIGARA		DEMARCAÇÃO	
BARÃO DE MELGAÇO		ÁREA: 10740,4115 HA	PERÍMETRO: 615,225 KM
MATO GROSSO		ESTADO: MATO GROSSO	MUNICÍPIO: FUNAI
MUNICÍPIO DE MATO GROSSO		COORDENADAS:	PROJEÇÃO:

3. Aspectos Culturais, Sociais e Políticos da Aldeia Perigara

Perigara é um reduto do grupo U-Tugo Kuri-Dôgue cujos padrões culturais, sociais e políticos se assemelham aos dos outros grupos remanescentes dos Bororo Orientais - Orari Mogo-Dôgue - com os quais mantêm contato constante, principalmente com as aldeias do Córrego Grande e Piebaga.

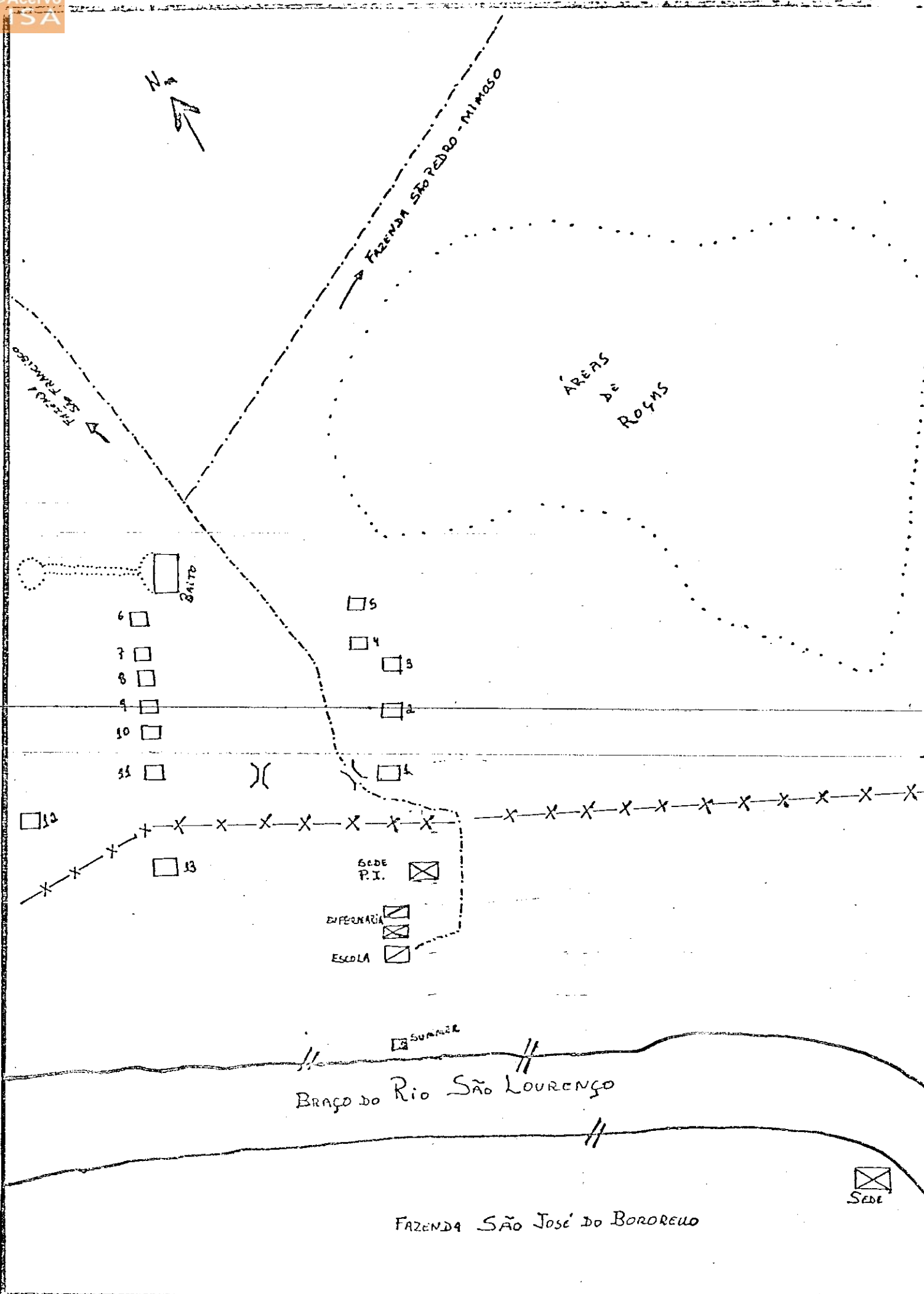
Observam-se os padrões tradicionais de edificação da aldeia e das casas. A aldeia compreende um aglomerado de 12 casas, adjacentes às instalações do posto indígena, dispostas em dois arcos paralelos, o que parece configurar uma aldeia circular tradicional (vide croquis). Os Bororo de Perigara alegam que é impossível fazer uma aldeia circular, devido à geografia do terreno, que nas épocas de chuva está sempre alagada. Registram-se a ocorrência da Casa-dos-homens (Bai Mana Guejeú) e do pátio central (Bororo), edificação e área fundamentais para a vida religiosa e social Bororo. Ao contrário do padrão tradicional, entretanto, o pátio e o Baito (Casa-dos-homens) não ocupam o centro da aldeia.

Chamam a atenção a extensão dos fundos das casas (Akujei) e a localização da casa nº 12 (vide croquis), vestígios de um antigo plano da aldeia, modificando pelos fluxos e refluxos das enchentes do rio.

A grosso modo, observa-se que a localização das casas seguem o padrão tradicional das metades cerimoniais e dos clãs. A leste, encontramos as casas ECERAE (Bokodori ecerae, Kie, Baadojeba e Bakoro ecerae), a oeste, as casas TUGAREGUE (Iwagudo-dogeu Coreu, Iwagudo-dogeu Kujagureu e Paiwoe).

Os aspectos tradicionais relacionados com a chefia e a vida religiosa Bororo também são detectados na área. Os dois chefes religiosos (Boe Imegerague), os Capitães Salustino Kogue Waguejeu do clã dos Baadojebague e Cândido Kogue do clã dos Bokodori Ecerae, exercem as funções tradicionais (podemos observar sua participação nos preparativos do funeral de um jovem que se encontrava enterrado no pátio central - o Bororo). A presença do BARI (xamã dos espíritos da natureza) em Perigara é sinal de que as tradições de benzimento de caça e pesca e as práticas de curandeirismo estão em pleno funcionamento na área.

Os aspectos modernos da chefia também se registram na área. Temos aí a figura dos Capitães de Trabalho, instituição vincula



LEGENDAS

--- Estada	// PORTO
) (PINQUELA	--- ÁREA CERIMONIAL
-X-X CERCA	☑ CASA DE MADEIRA
☐ CASA DE TAJIA	☒ CASA DE ALVENARIA

CROQUIS : ALDEIA PERIGARA
 JULHO/86
 PAULO SERPA

da à política indigenista de dominação e que se apresenta em Perigara nas pessoas de dois jovens dinâmicos e de forte consciência política: os Capitães Benedito Tuaguebo (clã dos Baadojebague) e Aluísio Adugo Coreu (clã dos Bokodori Ecerae), conduzem as relações entre índios e brancos e organizam o trabalho das atividades de caça e pesca coletivas e das roças comunitárias vinculadas aos projetos da FUNAI.

Por fim, vale registrar o papel da aldeia de Perigara nos movimentos indígenas do Mato Grosso que culminaram na deposição do Delegado Regional, em 1984, como também na reocupação da área do Piebaga (Reserva de Tereza Cristina) por uma facção comandada pelo Capitão Silvino. O grau de conscientização e as idéias de auto-determinação vem destacar a aldeia Perigara das outras Bororo do Vale do rio São Lourenço, o que sem dúvida pode explicar, em parte, o abandono e descaso em que se encontra a área, uma vez que não interessa à política indigenista oficial a luta pela auto-determinação das comunidades indígenas.

3.1. U-Tugo Kuri Dôgue (Os Bororo que usam longas flechas)

O grupo Bororo do Perigara se autodenomina U - Tugo Kuri dôgue. Com relação à origem desta população afirma Hartmann (1967) que esse grupo corresponderia a um ramo dos Bororo Ocidentais das diferenças linguísticas e de cultura material, com os grupos Bororo Orientais do médio e baixo São Lourenço. Já Albisetti e Venturelli (1962) sustentados na mitologia afirmam ser os U-Tugo Kuri Dôgue um dos grupos orientais que se originou de uma facção do sub-clã dos Apiboregue Cebeguswugue, também chamados de Kado Mogorêgue que se estabeleceram ao sul da área atual, mais precisamente, no curso médio do rio Taquari.

As informações que coletamos dos próprios U-Tugo Kuri indicam que uma definição sobre a origem do grupo só poderá ser estabelecida por estudos avançados de etnohistória e arqueologia e que as hipóteses aventadas são simples diante da complexidade dos fatos.

Afirmam os Bororo do Perigara que vieram de um lugar chamado BAKORORO TADABOE ou seja, aldeias Bororo a oeste localizadas na ITURA KURIREU, área de grandes florestas na direção do curso do rio Piquiri. Esta migração é cenário de muitos mitos ainda não coletados e que têm como linha mestra a passagem de um gran

de rio(Rio Paraguai?) que foi feita por meio de uma ponte ou basa de taquara(kado).

O estudo sobre a ocupação dessa área pelos U-Tugo Kuri-dogue também implicará em elucidar se há um padrão tradicional na localização dos assentamentos em áreas de ocorrência de "aterros", "mounds" ou "sambaqui fluvial", evidências visíveis na aldeia de Perigara e imediações; ou se a preferência por essa localização advém dos contatos com os grupos Guato que existiram (ou existem?) na região.

Com relação ao passado recente, são valiosas as informações sobre as aldeias antigas. É unânime a afirmação de que a aldeia OKOGUE E-IÁRI é a mais antiga, que é a aldeia de origem. Afirmam também que nos tempos de Rondon(fins do séc. XIX e meados do séc. XX) existiram ainda as seguintes aldeias: Okogue e-wororo, Todbi Paru, Ki Ó Kuriréu, Akogoi, Pobo Kujagu, Aturua Bai, Boe e-muga Kugaru e Bokodori Atugo Pã.

Deve-se observar que há dificuldades para um estudo de etnohistória, uma vez que grande parte dos informantes potenciais são mulheres, o que implica em pouco fundamento, dado que a participação no processo de transmissão dos mitos e cantos é exclusivo dos homens. Entretanto, a valorização desse tipo de informante quanto ao conhecimento dos mitos, cantos e relatos poderá revelar um papel da mulher no conhecimento das tradições, desconhecido até hoje.

O mistério que envolve a origem dos U-Tugo Kuri Dogue quando revelado poderá, sem dúvida, clarear os diferentes processos de adaptação dos Bororo a ecossistemas tão variados e diferentes como o cerrado, a mata e o complexo do Pantanal que se caracteriza, ao mesmo tempo, pela homogeneidade e pelo conservantismo da cultura.

3.2. Dados Históricos e Demográficos

Não existem informações sobre os primeiros contatos dos U-Tugo Kuri Dogue com os brancos. As primeiras informações sobre a área datam de 1883, quando o governo da Província do Mato Grosso entregou às forças Armadas a tarefa de "domar" os índios da bacia do rio São Lourenço, para por fim às hostilidades entre índios e brancos que já duravam mais de um século.

A tarefa de "pacificação" iniciou-se com a criação das Co-

lônias Militares de Tereza Cristina e Isabel no médio e baixo São Lourenço, respectivamente. Em 24 de abril de 1886, a missão de pacificação foi concluída com a deposição das armas e alguns Bororo foram enviados à Cuiabá para serem batizados e apadrinhados pelo presidente da Província.

Em Ato de 7 de janeiro de 1887 o Governo da Província oficializou a criação das Colônias, deslocando para a região um destacamento militar, enviando, 30 praças para Tereza Cristina na foz do rio do Prata, e 20 praças para a Colônia Isabel, nas proximidades da foz do rio Piquiri (correspondendo, grosso modo a área atual do Perigara). Tal como ocorreu em Tereza Cristina, na área do Perigara (Colônia Isabel) a política de militarização não surtiu resultados esperados e sua desativação se deveu aos mesmos motivos: abusos, corrupção e alarmante alcoolismo entre os índios. Supõe-se, por falta de dados, que a extinta Colônia Isabel permaneceu sob cuidados do Governo Estadual até a sua incorporação pelo SPI em 1910.

Não há informação do montante populacional U-Tugo Kuri no tempo da Colônia, tem-se apenas estimativas gerais para o número de Bororo aldeados no vale do rio São Lourenço, estando, portanto incluído esse grupo.

O primeiro censo da população U-Tugo Kuri data de 1919. O missionário Rattray Hay em visita a região, registra um número de 9 casas e uma população de 150 índios. Segundo informações dos agentes do SPI, estes índios eram os sobreviventes de uma população original de 500 indivíduos, dizimada por um surto de gripe. O registro seguinte que se tem é o do único trabalho publicado do pesquisador Montenegro (1963), resultando numa lacuna de 40 anos nas informações sobre a população.

O censo de Montenegro é detalhado em termos de faixa etária e sexo, mas é omissos em termos de distribuição espacial e número de casas. Apresenta uma população constante de 103 índios, num período de 3 meses, cuja pirâmide demográfica se apresenta invertida, base estreita e ápice largo, o que caracteriza, uma taxa de natalidade inferior a duas crianças por mulher.

Censo da População U-Tugo Kuri, por Faixa de Idade e por Sexo. (Montenegro, 1959 - jun/agosto).

Faixa Etária	S e x o		Total
	Masculino	Feminino	
0 a 5 anos	9	3	12
5 a 12 anos	5	6	11
13 a mais	<u>38</u>	<u>42</u>	<u>80</u>
Total	52	51	103

No artigo citado, ao apresentar uma caracterização sócio-econômica da população Bororo, Montenegro identifica três grandes áreas de concentração Bororo⁽¹⁾, delimitadas em termos fisiográficos, tipos de ocupação e modalidades de contato interculturais. Os Bororo de Perigara, tais como os dos postos Gomes Carneiro, Galdino Pimentel e Piebaga são identificados na área do Pantanal do rio São Lourenço. Segundo Montenegro, em termos de ocupação humana, essa área apresentava uma população "civilizada" bastante dispersa, dedicada quase que exclusivamente à criação extensiva do gado. Quanto aos Bororo, mantinham contatos diretos com os moradores das fazendas, nas quais trabalhavam esporadicamente como braçais ou vaqueiros. Eram também pontos de atração dos Bororo os dois pequenos vilarejos, São Lourenço e Porto Pinto, onde trocavam ou compravam artefatos, ferramentas, gêneros de primeira necessidade (açúcar, sal, querosene, etc...) entre os quais avultavam a aguardente e o fumo de rolo (Cf. Montenegro, p:5-6).

Os Bororo de Perigara são identificados, neste trabalho, pela aldeia U-Tugo Kuri, na margem direita do rio Perigara, "composta de índios oriundos do aldeamento da extinta Colônia Isabel, que existiu até princípios deste século e que agora corresponde a área do Posto Indígena de Nacionalização General Couto

(1) Montenegro identifica três áreas: 1. área do Pantanal do São Lourenço; 2. área do Alto São Lourenço; 3. área dos rios das Mortes e das Garças.

de Magalhães"(Cf. Montenegro,p;6).

Crocker(1967) menciona a aldeia de Perigara junto ao posto Couto de Magalhães e caracteriza os U-Tugo Kuri como "habitantes cultural e lingüísticamente diferenciados(que) se integram facilmente às outras aldeias dos Bororo Orientais".

Os últimos dados censitários são os de Novaes(1971) e os de Uchoa(1979). No primeiro foi registrada uma população de 90 indivíduos e no segundo, registrou-se uma população de 102 indivíduos distribuídos em 12 casas. O censo de 1979 dá detalhes em termos de idade e de sexo conforme apresentamos abaixo:

Censo da População U-Tugo Kuri, por Faixa de Idade e por Sexo. (Uchoa, 1979).

Faixa Etária	S E X O		Total
	Masculino	Feminino	
0 a 4 anos	5	5	10
5 a 14 anos	18	10	28
15 a 29 anos	13	11	24
30 a 49 anos	5	10	15
50 a mais	<u>12</u>	<u>13</u>	<u>25</u>
Total	53	49	102

O censo realizado durante a viagem de avaliação apresentou uma população de 98 indivíduos distribuídos em 14 casas. O quadro abaixo apresenta a população por faixas etárias e por sexo:

Censo da População U-Tugo Kuri, por Faixa de Idade e por Sexo. (Serpa, 1986, Julho).

Faixa Etária	S E X O		Total
	Masculino	Feminino	
0 a 5 anos	10	10	20
6 a 13 anos	14	9	23
14 a 29 anos	13	11	24
30 a 50 anos	5	7	12
51 a-mais	9	10	19
Total	51	47	98

Uma avaliação da dinâmica populacional da área de Perigara, tomando por referência os censos de 1959, 1979 e 1986, e levando em conta a migração de uma facção de 37 indivíduos para a área do Piebaga sugere que:

- Há uma nítida tendência de inversão da estrutura populacional do censo de 1959, isto é, a pirâmide demográfica vai pouco a pouco assumindo a forma padrão de uma base larga com ápice estreito.

- A duplicação percentual e numérica no intervalo "crianças" (0 a 13 anos) acompanhada da redução no intervalo "adultos" (mais de 13 anos) vêm significar a ocorrência de profundas transformações na composição populacional e num certo equilíbrio demográfico compatível com a estabilidade do processo de contato.

- O grau de contato "sui generis" do grupo U-Tugo Kuri, visível no relacionamento com os moradores regionais e na formação de diálogo com o órgão tutor (caracterizado por uma consciência crítica que pouco a pouco vem apagando o ranço paternalista) são elementos importantes para compreender a dinâmica populacional deste grupo que em muito o diferencia dos outros grupos Bororo.

- É digna de nota a alta taxa de natalidade dos casais em período de maior fertilidade(14-40 anos), que chega ser de 4,4 filhos por mulher. Essa taxa, três vezes maior do que a do censo de 1959, indica uma tendência de crescimento populacional inédita nos grupos Bororo do vale do rio São Lourenço, correspondendo a uma expectativa de vida melhor, alcançada à revelia do processo histórico de depopulação da tribo Bororo, que muitas vezes se apresentou aliado as bruscas mudanças alimentares e à ausência assistência médico-sanitária.

4. Avaliação Sócio-Econômica

Durante minha estadia na área do Perigara participei de duas reuniões organizadas pelos próprios U-Tugo Kuri no Baito (casados-homens), nas quais, obtive a maioria dos dados que apresento nesta parte do relatório. Estão também incluídos nesta parte, além das observações de campo, os dados que obtive junto aos regionais e gerentes de fazendas vizinhas(São José do Borereo e São Francisco), como também os dados obtidos no depoimento gravado, em São Paulo, do Sr. Luis Figueiredo Barreto, proprietário da Fazenda São Francisco.

A primeira seção desta avaliação da situação sócio-econômica é uma avaliação da situação caça/pesca/coleta, baseada nos diversos dados obtidos. As seções seguintes correspondem a uma avaliação do projeto da FUNAI para a distribuição da dotação do Polonoroeste no período ago/85 - mar/86, na ordem em que foi seguida também a reunião conjunta com os Bororo, em que cada item foi discutido separadamente.

4.1. Caça, Pesca e Coleta

O grupo U-Tugo Kuri, tal como os outros grupos Bororo, têm o quadro tradicional da sua economia modificado pela convivência com o "civilizado". Nesta área Bororo, as alterações se deram ao nível da aceitação de instrumentos de ferro, armas de fogo, novos cultivos(arroz e mandioca) e uma clara predisposição, para as atividades pecuárias. Entretanto, tais modificações, ao que tudo indica, não vieram contribuir para uma mudança radical do contexto sócio-cultural. Na área do Perigara, dadas as condi

ções de isolamento e de preservação, mantêm-se ainda um certo e quilíbrio ecológico que permite o desenvolvimento de uma economia complementar baseada na caça, na pesca, na coleta, no cultivo e na pecuária.

A organização das atividades produtivas segue ainda os moldes tradicionais de divisão sexual do trabalho. No Perigara, ao contrário das outras áreas Bororo, a agricultura não têm ainda aumentada a sua importância econômica e os homens não têm assumido na atividade agrícola os papéis tradicionais da mulher (plantio, colheita e transporte).

A caça é ainda abundante na área, embora seu consumo seja limitado pelo fato de que os U-Tugo Kuri preservam muito mais do que os outros grupos Bororo, a abstenção de certas espécies de caça, tais como o jacaré, a capivara, a anta, o veado e a ema. O jacaré e a capivara sobressaem em abundância e segundos os moradores regionais, são espécies que têm ameaçado a produtividade de suas atividades de cultivo, no caso da capivara e suas atividades de pesca, no caso do jacaré. Observam que a proliferação dos jacarés e das capivaras não está relacionada com a prescrição alimentar dos Bororo, mas pela proibição e controle feitas pelo IBDF, cuja mentalidade pseudo-preservacionista pode colocar em cheque o equilíbrio ecológico regional.

Para o pantaneiro, a fiscalização da caça e pesca predatória pelo turista é, na prática, inexistente, injusta e extremamente rígida no que toca a tradição e a necessidade de uso feita pelos regionais. Propõem medidas imediatas de fiscalização e uma política de exploração racional dos recursos naturais da região.

A pesca é a atividade que fornece a base proteica da dieta dos U-Tugo Kuri. A quantidade do pescado tem diminuído devido à intensidade da pesca predatória feita pelo pseudo-turista que, muito bem aparelhado, tem pescado nas épocas de safra a maior parte dos cardumes, sendo a produção estocada em refrigeradores e levada para São Paulo, Goiânia e outras cidades, sem qualquer interferência da fiscalização do IBDF ou do Governo Estadual.

O esforço de pesca é diário no Perigara, os Bororo não utilizam as técnicas de defumação e de salga para manter um estoque para consumo e muito menos para a venda. Isto vale também para os regionais, segundo os quais não há interesse em dinamizar economicamente a atividade devido à ausência de um trans-

porte regular, como também de conhecimento de incentivo para o uso de técnicas de conservação do pescado. Observa-se a inexistência de intermediários na área, o que explica-se pela longa distância dos centros de distribuição, o alto consumo de combustível como também pelo baixo preço oferecido no mercado regional por um lado, e por outro, pela impossibilidade de competir com o "turista profissional".

A coleta é uma atividade que não sofreu ainda grandes modificações. Está reservada às mulheres, salvo exceção, quando os homens coletam matéria-prima para a indústria de caça/pesca.

A exuberância das diferentes fâcies de vegetação caracteriza o Complexo do Pantanal na área indígena (mata ciliar, mata-galeria, matas de palmeiras e manchas de cerrados, etc...) o qual tem sido explorado com regularidade e fornece grande parte dos alimentos da dieta (cocos, frutas, caules, palmitos e raízes), além de matéria-prima para artefatos e tralhas domésticas.

Uma avaliação das atividades de pesca e caça vem apontar algumas dificuldades que mereceriam ser levadas em conta quando da elaboração das dotações orçamentárias do Programa Polonoroeste.

As principais dificuldades na atividade de pesca são:

- falta de redes e tarrafas.
- falta de combustível e de meio flutuante em condição de uso.
- falta de apetrechos de pesca (anzóis, chumbos, linhas).
- desconhecimento de técnicas e conservação e estocagem do pescado (caixas isotérmicas, gelo, sal, etc...).
- falta de transporte regular.

As principais dificuldades na atividade de caça são:

- falta de armas.
- dificuldades de obtenção de munição (bala nº 22)
- limitação das áreas de caça devido os limites das fazendas e proibições dos gerentes e proprietários.

Por último, chama a atenção a proliferação dos hotéis de turismo nesta região do Pantanal. No percurso fluvial a partir do Porto Jofre registrei várias áreas de acampamento de turistas paulistas, goianos e mato grossenses, além de hotéis de alto padrão para turistas americanos e alemães. No Porto Jofre, em épocas de temporada (agosto e outubro) acampam mais de mil pessoas e o Hotel está sempre lotado. Ao longo dos rios Cuiabá e

São Lourenço existem vários hotéis, alguns em construção, com capacidade para mais de 500 pessoas e o fluxo é cada vez maior, das as facilidades do pacote turístico interno e as melhorias das estradas transpantaneiras.

Observa-se o grau de poluição dos rios decorrentes do descarte do lixo, além de uma grande quantidade de peixes mortos lançados por turistas depredadores. É assustadora a quantidade de barcos turísticos, principalmente de lanchas/voadeiras que já trafegam na época de avaliação e que aumentariam com a época da temporada. Além da velocidade alta, que põe em risco o tráfego nos corixos e canais, é certo que muitas espécies da fauna regional tendem a desaparecer, tal como ocorreu em regiões litorâneas, devido à poluição do rio causada pelo óleo queimado dos motores como também pela destruição das ovas que são muito sensíveis ao estrondo provocado pela alta velocidade dos barcos.

No que toca à população regional, "civilizados" e índios, a situação é de extrema preocupação. O turismo "selvagem" que assola a região só se compara à exploração irracional de um garimpo, por exemplo, o que ocorre na periferia de Poconé. A euforia inicial apanha de surpresa o homem pantaneiro que espera melhorar suas condições de vida com o mísero salário oferecido pelas empresas turísticas. Muitos transformam-se em guias turísticos ou em serviçais nos hotéis e acampamentos. O novo trabalho impõe um regime de horas de esforço muito maior do que o trabalho tradicional do pantaneiro, além das mudanças dos hábitos alimentares. Aliam-se a estas mudanças as péssimas condições de saúde e de assistência da população regional, o aumento gradativo dos casos de tuberculosos que põem em risco a própria saúde do turista.

O que me leva a chamar atenção para esta situação é a tendência da inclusão dos Bororo de Perigara, Gomes Carneiro e Piabaga nas mesmas condições registradas na população "civilizada" dessa região pantaneira. Os fatos que relato a seguir atestam essa tendência. O descaso a que está relegada a população indígena tem fomentado o interesse em oferecer a força de trabalho na demanda criada pelo turismo e pelas fazendas da região.

Na área do Perigara registra-se o maior número relativo de Bororo assalariados nas atividades de pecuária e agricultura. Uma vez que os hotéis em construção comecem a funcionar, haverá uma demanda de mão-de-obra que, sem dúvida, atrairá a juventude

Bororo, ansiosa em se libertar da ineficiente política desenvolvimentista apregoada pelo órgão tutor.

4.2. Agricultura

A atividade agrícola mereceu 16,3% da dotação do Polonoroeste aplicada pela FUNAI, no período ago/85 a mar/86. O plano incluía investimentos nas culturas de arroz e milho, na formação de pomar e na aquisição de ferramentas agrícolas e equipamentos.

A roça de arroz foi preparada coletivamente numa área de 6 hectares. Nos tratamentos culturais de aração e nivelação foi utilizado o trator da área. Não dispuseram de adubo químico, como estava previsto, pois a verba liberada não cobria o gasto com o adubo. O plantio ocorreu em outubro, quando semearam 6 sacos de 60 kg., com o auxílio do trator. A limpeza e o roçado foram feitos pela comunidade, como também a colheita manual. O processamento foi feito individualmente pelas mulheres, com o auxílio do pilão.

Segundo a avaliação dos índios, a produção dessa roça foi muito abaixo da expectativa. Colheram 90 sacos e esperavam, dentro das condições do terreno, colher 300 sacos. O motivo da quebra foi o ataque da praga "chupa-chupa" (Ékure) que "chupou todo o leite do arroz na época da maturação dos cachos". Houve também um ataque de formiga-carregadora, este combatido com o emprego do aldrim 40.

A roça de milho não teve os tratamentos culturais mecanizados. A comunidade preparou uma roça de toco - coivara - de quase 5 hectares, onde plantaram, em novembro, 4 sacos de sementes (240 Kg). A colheita iniciou-se tão logo o milho verde pode ser benzido, segundo as tradições, na festa Kuiada Paru, no mês de fevereiro. Uma grande parte permaneceu na roça para secar e ainda estava sendo colhida quando da minha estadia.

Ao contrário do arroz, a roça de milho teve uma boa produção. Afirmam ter colhido mais de 500 sacos (30.000 kg.), apesar dos ataques das capivaras, dos tatu e dos porcos-do-mato.

O milho é, segundo os U-Tugo Kuri, um alimento "mais reforçado" e não se compara com o arroz, que é visto apenas como "uma mistura e não como alimento". Em todas as casas, havia um estoque de milho que deverá ser consumido, durante o ano, na forma de Kuiada Akudo, ou seja, do pichê regional (farinha de milho),

como ingrediente básico para o preparo da "chicha" (batida ou caldo com ou sem fermentação).

Registrei a venda de excedente de milho na Fazenda São José do Borero, na ocasião em que foram vendidas 33 sacas de grãos ao preço de Cz\$ 120,00 a saca. Por ser uma venda coletiva cada um dos 15 participantes recebeu uma quantia de Cz\$ 264,00 correspondente a 2,2 sacas.

O restante da produção, tão logo processada, transformada em grãos, seguirá o mesmo caminho, já que o preço de mercado tem atraído o Bororo que não tem outra alternativa de obter meio circulante. A quebra do arroz está compensada pela abundância do milho, mas implicará numa dieta onde o arroz terá o mesmo peso do milho.

A formação do pomar implicou na compra de 115 mudas de laranjas, pokans, tangerinas, cajús e outras frutas desconhecidas pelos Bororo. Este estoque de mudas teve uma perda de 50% devido o defeito do barco de transporte. As mudas sobreviventes foram plantadas nos fundos das casas e em áreas adjacentes à aldeia sem qualquer trato cultural, emprego de defensivo ou assistência técnica.

A verba destinada para ferramentas e equipamentos foi empregada na compra de 8 machados, 30 foices e 15 cutelos, 11 facões, 8 enxadas, uma motosserra e uma roçadeira.

Uma avaliação da política agrícola para a área de Perigara indica os seguintes pontos críticos:

1. O descaso e abandono em que se encontra este posto indígena prejudica seriamente a atividade agrícola.
2. A quebra da produção de arroz é um exemplo da falta de assistência técnica. Afirmam os Bororo que ainda não foram visitados pelo agrônomo e técnico agrícola da FUNAI. Tão pouco receberam informações sobre o combate às pragas e o uso do aldrin 40 (produto cancerígeno usado indiscriminadamente pelos índios), como também sobre os tratos culturais necessários no plantio de mudas frutíferas.
3. O atraso na liberação das verbas vem implicar no plantio tardio das culturas, assim como no empréstimo do óleo combustível e da carreta para a baldeação da produção (no caso do milho), o que gera uma relação de dependência com as fazendas vizinhas.

4.3. Pecuária

O item pecuária recebeu 9,7% da dotação geral do posto, parcela que foi distribuída entre material, medicamentos e construção rurais.

As 200 cabeças de gado e os 30 muares que compreendem o rebanho de Perigara estão sob os cuidados da própria comunidade. No exercício em questão, receberam 50 bolsas de sal, um arreamento e uma caixa de isopor com algumas vacinas que foram aplicadas pelos próprios índios, sem nenhum acompanhamento técnico. Afirmam os Bororo que o gado está em boas condições de saúde. O que os têm preocupado é a falta de um curral que impossibilita a extração do leite das vacas recém-paridas.

Estava prevista na dotação em questão uma verba para construções rurais, que incluíam uma cerca de arame farpado, que foi edificada para a proteção das roças de milho e arroz e a construção de um curral de 1.200m², que ainda não foi construído devido a não liberação da verba (Cz\$ 8,908.000). Por iniciativa da comunidade foram derrubados 300 postes de aroeiras para edificar o curral, que não foram ainda baldeados devido o estado precário da carreta do posto. Afirmam que nesta situação o empréstimo da carreta do fazendeiro, como ocorreu na baldação do milho, é arriscado, pois as toras podem danificar a carreta e estes não teriam condições de ressarcir o estrago.

A falta de assistência técnica e a ausência de administração são os aspectos críticos que tem afetado o desenvolvimento da atividade pecuária. Além do mais, fica desconhecida a destinação da verba estipulada para a construção do curral.

4.4. Saúde

À atividade saúde foram destinados 19,0% da verba do período em questão. Deste montante, 95,0% se destinava à construção de uma enfermaria-residência e o restante à compra de materiais de consumo ("alimentação complementar para nutrízes e latentes").

Com relação à enfermaria-residência, parece inacreditável que foi empregada a quantia destinada. Observou-se que:

1. Foi usado material de baixa qualidade;
2. A mão-de-obra empregada não era especializada;
3. Não houve acompanhamento técnico durante a edificação da

- obra. A fiscalização do engenheiro apenas no final da obra levou a que parte da obra tivesse que ser refeita, implicando em desperdício de material e de mão-de-obra;
4. A obra foi entregue sem acabamento e já se nota a necessidade de vários reparos (pisos e instalações hidráulicas);
 5. O traçado da planta e a distribuição dos espaços não corresponde às necessidades e uma enfermaria-residência;

Com relação à "alimentação complementar para nutrizes e lactentes", a avaliação ficou registrada no espanto dos Bororo que desconheciam a destinação deste recurso.

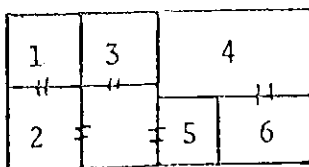
A situação do setor SAÚDE na área de Perigara depõe contra o órgão de assistência ao índio. Como se não bastasse o descaso registrando no uso que se fez da verba para a construção da enfermaria, registram-se as péssimas condições de assistência médico-sanitária.

A avaliação desse item só foi possível devido à colaboração do enfermeiro que estava ali "segurando os pontos" até que alguém viesse substituí-lo. Tratava-se de um profissional capacitado e profundamente revoltado com as condições que dispunha para atender o seu povo de origem e as demandas das fazendas vizinhas. Com ele pude discutir a proposta da viagem de avaliação e registrar as condições materiais da área em questão.

Com relação às instalações, obtive a confirmação das minhas observações:

1. A obra está semi-acabada;
2. A estrutura da casa é precária e o material é de baixa qualidade ("no tempo dos ventos esta casa pode cair");
3. Não há área de isolamento para casos graves⁽¹⁾;
4. O enfermeiro dorme na área da cozinha;
5. Não há água corrente na casa, devido a não conclusão das instalações da bomba e das caixas d'água;
6. Há necessidade de um avarandado para proteger as paredes e os usuários quando dos dias de vacinação e visitas da EVS;

(1) Observe o croquis da Enfermária-Residência:



- 1- área de serviços com tanques
- 2- área para dispensário
- 3- consultório
- 4- área de cozinha com duas camas, pia e fogão
- 5- dispensa para remédios
- 6- banheiro

* O enfermeiro retirou-se da área na data em que deixei a mesma.

As condições materiais de atendimento são extremamente precárias. Não há um estoque regular de seringas descartáveis e as seringas de vidro disponíveis são insuficientes para o atendimento de muitos casos. Os instrumentos cirúrgicos estão em boas condições de uso, entretanto, devido à falta de uma esterilizadora estes estão preparados em um solução de formol. O refrigerador está estragado e as vacinas e soro anti-oftálmicos, quando disponíveis, permanecem estocadas nas prateleiras do consultório. Existe também um aparelho de ondas curtas e um eletrobisturi, ambos de marca EMAI, que estão no posto desde 1970 e que nunca foram usados por falta de energia elétrica, e que muito provavelmente estão inutilizados.

Com relação à assistência médico-sanitária, registra-se que:

1. As fichas (individual ou familiar) de acompanhamento das doenças e dos medicamentos há muito estão desatualizadas;
2. A equipe volante de saúde (EVS) não havia visitado a área nenhuma vez este ano;
3. Ao enfermeiro cabia toda a responsabilidade de atendimento ao pessoal do posto, como também das fazendas vizinhas, devido ao convênio FUNAI/FUNRURAL;
4. O estoque de medicamentos básicos (xaropes, injeções e outros medicamentos) e de material de consumo (algodão, bandagens, cicatrizantes, etc..) não supre a demanda;

Com relação aos casos críticos de doenças, registram-se os seguintes: epilepsia (3 casos), cardíacos (3 casos), tuberculoses (2 casos em tratamento), problemas reumáticos (5 casos), insuficiência respiratória aguda - IRA - (2 casos) e bronquite asmática (2 casos). As complicações são resolvidas em Cuiabá e o transporte do doente depende das condições de voo e do campo de pouso.

Na época da avaliação, registrava-se um surto de diarreias, vômitos e desenterias entre os idosos, segundo o enfermeiro, semelhante ao surto de havia atacado várias crianças de zero a 2 anos. As causas, segundo o enfermeiro, estariam relacionadas às condições de higiene e à qualidade da água. Observei que os poços da aldeia e da sede do posto estavam contaminados (poços abertos, sendo visíveis os excrementos de morcegos e larvas de mosquitos na água), a água não era fervida e apenas três casas possuíam filtro.

Afirma o enfermeiro que, até o momento, nenhuma criança recebeu tratamento para as verminoses, sendo as mais comuns as lombrigas e as giardias. Além disso, as condições de saúde se agravam pela insuficiência da alimentação, que é baseada no arroz e no milho devido à falta de instrumentos de pesca e caça.

Em vista da situação acima registrada, o enfermeiro sugere que:

1. Se contrate pessoal com formação profissional e que tenham cursos de reciclagem;
2. Se crie um entrosamento entre o trabalho do atendente e o da professora para que sejam introduzidas mudanças nos hábitos higiênicos;
3. Se dê maiores verbas para a compra de um estoque de medicamentos e de material de consumo para suprir a demanda do posto e das fazendas vizinhas.

4.5. Educação

O setor educação recebeu 6,6% da dotação do exercício em questão. Esta verba se destinava à reforma da escola-residência e à compra de equipamentos diversos para a escola (não especificados).

Durante a viagem de avaliação encontramos a escola ocupada pela família do braçal. Não tinha passado por nenhuma reforma e há muito tempo o posto estava sem professora. O abandono em que se encontra este setor de atividade é patente.

4.6. Administração

A atividade administração mereceu 48,4% da verba do período, a ser distribuída entre os itens equipamentos (reforma do barco, jogo de chaves e aquisição de motor de popa-25Hp.); obras (reforma de casa-sede) e manutenção (viaturas, barco e trator).

Com relação ao item equipamentos, afirmam os Bororo que:

1. O barco recebeu uma reforma parcial, em que foi conservada a cobertura, a cozinha e a parte lateral; tendo "sido esquecida" a reforma do casco que encontrava-se visivelmente deteriorado, pondo em risco a vida dos usuários nas épocas das chuvas.
2. Foi comprado um motor de 25 Hp. e um bote de alumínio de

seis metros;

3. Não receberam nenhum jogo de chaves;

Com relação ao item obras, afirmam que:

1. A casa-sede foi reformada pelo mesmo pessoal que construiu a enfermaria;
2. A reforma já merece conserto, principalmente na parte hidráulica;
3. A casa-sede está abandonada e, devido à falta de limpeza, está impregnada pelos dejetos dos morcegos (em minha estadia na casa-sede pude observar que o único espaço habitável era a saleta da entrada).

Com relação ao item manutenção, afirmam os Bororo que:

1. O trator passou uma só vez pela revisão;
2. A verba para a compra de óleo combustível não tem sido liberada e muitas vezes os aposentados dão uma parte da pensão para a compra do óleo necessário para o deslocamento;
2. Ainda devem óleo para os fazendeiros que os auxiliam e nos momentos mais críticos, quando necessitam usar o bo te;

Em vista dos casos registrados, sugerem os Bororo que:

1. Se faça com urgência o concerto do casco do barco, pois é o único meio de transporte usado nas épocas das cheias;
2. Se libere a verba para a compra do óleo combustível;
3. Se pague a fazenda São Francisco os mil litros de óleo emprestados pelo antigo chefe do posto, já que tal dívida tem criado dificuldades no bom relacionamento que es tá fazenda mantém com o grupo;
4. A FUNAI retire as ameaças constantes de confiscar a Toyota do posto para favorecer outras comunidades (como pu de observar, tais ameaças tem implicado no deslocamento de vários homens a Cuiabá, para proteger essa viatura quan do se desloca para o encaminhamento dos aposentados e doentes).

4.7. Algumas Considerações

O que pude observar e registrar nas conversas com os U-Tu go Kuri é que o posto indígena de Perigara encontra-se em completo abandono. Há uma forte tendência da mão-de-obra masculina ser absorvida pelas fazendas (registra-se o assalariamento de 5 jovens na fazenda São José do Bororeo). Esta situação se apresenta inevitável, devido aos compromissos que o grupo assume com as fazendas, tanto na questão do abastecimento (fumo, óleo, açúcar, querosene, etc.), quanto do óleo combustível. Por outro lado, observei que a aposentadoria assume um papel importante na complementação da renda de todos os grupos domésticos, sendo que parte das aposentadorias dos 10 velhos é habitualmente utilizada para a compra do óleo combustível nas fazendas. Assim, o salário e a aposentadoria resolvem precariamente o problema da falta de meio circulante, já que não tem havido excedente, disponível para a venda no mercado.

O caso do posto indígena Perigara, muito semelhante ao dos outros postos Bororo vinculados ao Programa do Polonoroeste, me leva, por um lado, a questionar a competência do órgão tutor e, por outro, a sugerir a necessidade urgentíssima de repensar a política indigenista oficial.

CAPÍTULO II

SITUAÇÃO DAS ALDEIAS CÓRREGO GRANDE E TADARIMANA

1. Introdução

Nesta parte do relatório me limitarei a apresentar uma avaliação parcial da situação das aldeias Córrego Grande (Reserva Tereza Cristina) e Tadarimana (P.I. Tadarimana). Esta atitude se justifica, por um lado, pelo fato de que nesta segunda visita coube à antropóloga Sylvia Caiuby a avaliação das áreas de Tereza Cristina e Tadarimana, onde se inserem essas aldeias, e, por outro lado, pela curta duração de minha permanência nestas aldeias.

Na apresentação que se segue, procurei inicialmente, avaliar a situação do problema fundiário, apontado no primeiro rela-

tório de avaliação e, em seguida avalio através das informações obtidas em reuniões convocadas pelas chefias Bororo, o desempenho na aplicação dos recursos do Polonoroeste pela FUNAI. Recorro, tal como o fiz na avaliação da aldeia do Perigara, à mesma ordenação dos itens atividades do plano orçamentário do período de ago/85 a mar/86.

2. A Questão da Terra

2.1. Córrego Grande

No relatório anterior apresentei um extenso histórico sobre a situação fundiária da Reserva Tereza Cristina, na qual se insere as aldeias Córrego Grande e Piebaga. Sugeri medidas imediatas por parte da Procuradoria Jurídica da Funai, bem como a ação do IBDF/Polícia Federal e a formação de um grupo de trabalho para o encaminhamento das soluções.

Durante a segunda viagem de avaliação, permaneci quatro dias na Delegacia Regional de Cuiabá, onde procurei informação sobre esta situação fundiária. Não foi possível obter qualquer tipo de informação, uma vez que as respostas a perguntas sobre o assunto eram evasivas e sugeriam o desconhecimento do teor do relatório em questão.

Na aldeia de Córrego Grande, os Bororo reivindicam medidas urgentes para resolver o problema da Fazenda Santa Maria. Afir-
mam que caminham para um confronto inevitável com o fazendeiro, Sr. Licínio, porque este tem arrendado a área da fazenda aos pescadores e turistas de Goiás, São Paulo e Minas Gerais, os quais chegam em grande número nas épocas de temporada (setembro e novembro). Nestes meses, quando a fazenda se transforma numa cidade de barracas, o esforço de pesca dos Bororo é comprometido pelo grande número de pescadores/turistas que competem em condições desvantajosas com os índios. Enquanto os Bororo empregam algumas redes e tarafas, e usam pequenas canoas, os turistas cercam os cardumes com grandes redes de malhas diversas e usam barcos com motores potentes. Enquanto os Bororo saem uma vez por dia para pescar, os turistas lançam as redes várias vezes ao dia, num esforço contínuo que vai pouco a pouco abarrotando as geladeiras e freezers, transportadas em caminhões que trafe-

gam livremente nas estradas interestaduais.

Afirmam também os Bororo que no tempo do Chefe Sardinha, os pescadores/turistas eram barrados nas estradas internas da área indígena, mas que agora é difícil controlar os pescadores, pois o Sr. Licínio modificou o curso da estrada para sua fazenda, o que veio impedir o controle dos Bororo. Além do mais, o chefe a tual do posto, dadas as ameaças de morte por parte do fazendeiro, procura evitar, devido a falta de segurança, qualquer confronto com tais pescadores/turistas.

O encaminhamento de uma solução para o problema se tornará mais difícil, uma vez que já se fala, na região, na transformação desta fazenda num grande loteamento para turistas e hotéis.

Fica registrado mais uma vez o descaso e a incompetência do órgão tutor na defesa dos direitos constitucionais das populações indígenas.

2.2 Tadarimana

Com relação a esta área obtive na FUNAI/Cuiabá as mesmas informações apresentadas no relatório anterior. A área de Tadarimana não está demarcada e muito menos tem pronto seu memorial descritivo.

Na área, obtive do chefe de posto algumas informações preocupantes. Na região de Rondonópolis, onde a UDR está fortemente organizada, os pedidos para melhorias das estradas da área indígena tem sido preteridos, ao passo que os fazendeiros vizinhos à área tiveram cascalhadas suas estradas e até os currais de suas fazendas. Por outro lado, afirma o chefe de posto que há um clima de pavor na área indígena, devido aos pronunciamentos de políticos da região de que a área de Tadarimana estaria incluída na desapropriação para a reforma agrária (apoiados na promessa do ex-governador Júlio Campos de lotear estas terras para os "pobres"). Por outra parte, surgiram boatos de que a Igreja Progressita local, tinha incentivado o Movimento dos Sem-Terra à invadir Tadarimana, por ser uma área muito grande para poucos índios. Por isso, o clima na aldeia é tenso e o que levou duas famílias do Pobre a se deslocarem para uma área do rio Jurigue, a fim de proteger este ponto vulnerável de qualquer invasão (é um ponto de acesso à reserva relativamente fácil, apesar do rio, distante das aldeias).

Em decorrência destes fatos, o fazendeiro Jaime, proprietário da fazenda por onde passa a única via de acesso à área indígena, passou a controlar com rigor o trânsito para a reserva, criando um clima de animosidade com os índios da aldeia de Tadarimana.

Tendo em vista a situação registrada, reafirmo as sugestões apresentadas no primeiro relatório, da urgência em delimitar, demarcar, homologar e defender esta área indígena.

3. Avaliação do Emprego dos Recursos do Polonoroeste

3.1. Agricultura

Nas áreas de Tadarimana e Gomes Carneiro foram empregados, na atividade agrícola, respectivamente, 15,2% e 15,3% do montante orçamentário do período em questão.

Em Tadarimana, a verba foi alocada em quatro áreas (Pobore, Kowogo Guru, Apido Paru e Aldeia de Tadarimana).

O cultivo do arroz, da mandioca e do milho, segundo decisão dos Bororo, foi feito pelo sistema tradicional de roças familiares de toco - coivara. A produção foi satisfatória e não se registrou nenhuma quebra de produção. Quanto às mudas frutíferas, uma parte foi distribuída entre as famílias (15 mudas por família) que as plantaram em seus fundos de casa (Akujei). O restante foi plantado em duas leiras adjacentes à sede do posto indígena.

Em Córrego Grande o cultivo de arroz foi feito numa roça de aproximadamente 5 hectares, onde plantou-se 5 sacos de sementes, empregou-se tratos culturais mecanizados (gradeação, nivelção e adubação) e colheu-se 500 sacos, aproximadamente. Além do mais, outros 5 sacos de sementes foram empregados nas roças familiares de coivara, cujo montante de produção foi impossível obter.

O cultivo do milho foi prejudicado pela qualidade da semente que não vingou. A semente utilizada pertencia a um estoque da sede do posto, onde havia sido guardada durante um ano, e, devido à ausência do chefe de posto, a semente nova não chegou no tempo do plantio. O mesmo problema ocorreu com o cultivo da mandioca: a terra foi preparada, mas não foi usada por falta da rama.

Com relação aos equipamentos registrei que:

1. O trator não foi reformado;
2. Não se comprou implementos agrícolas;
3. As ferramentas foram em número insuficiente para a comunidade(10 machados, 10 foices, 10 enxadas, 12 cutelos, 10 facões e 7 plantadeiras manuais);
4. A máquina de limpar arroz não resolve o problema do processamento, pois não tem limpado eficazmente o arroz devido à potência do motor(5 Hp.), a falta de nivelamento e assistência técnica;

3.2. Pecuária

Do montante orçamentário destinado às áreas correspondentes, Tadarimana recebeu 36,4% e Gomes Carneiro recebeu 17,3% para o desempenho da atividade pecuária.

Em Tadarimana foram formados novos pastos com a sementeação de capim. Construiu-se uma cerca muito grande e comprou-se 21 vacas, 1 touro e 1 égua. Até o momento da visita, não havia sido comprado o sal e as vacinas. O rebanho está em boas condições e está sendo cuidado pela própria comunidade.

Em Córrego Grande registrei a aquisição de 25 vacas, 23 bezeros, 7 éguas(velhas e fracas), 1 égua com potranca e 1 cavalo, o que segundo, o Bororo responsável pelo rebanho, corresponde exatamente ao valor da verba destinada. Além disso, a comunidade recebeu, do Museu Rondon, 10 novilhas, como forma de pagamento dos direitos autorais do disco que está sendo produzido. O problema maior da atividade pecuária na área é a falta de um curral para a extração do leite e para um controle da saúde do rebanho.

3.3. Saúde

Tadarimana e Gomes Carneiro receberam, respectivamente, 10,8% e 18,6% do montante de suas dotações para a atividade saúde no período em análise.

Apesar da boa vontade dos atendentes e do empenho dos chefes de posto, a situação da saúde nas duas áreas permanece lastimável. As informações que obtive com o médico da 5a. D.R. confirmam os pontos apresentados no relatório anterior. O Dr. Enzo sugere uma intervenção urgentíssima do Ministério da Saúde na área

rea desta delegacia da FUNAI, uma vez que a falta de recursos e infra-estrutura, a falta de profissionais de saúde e a falta de um plano de saúde exclusivo para a população Bororo, tem levado cada vez mais a uma situação de etnocídio.

Na minuta de relatório em preparação para o Superintendente, o Dr. Enzo chama atenção para os casos de subnutrição e tuberculoses, aponta a necessidade de estudar-se os problemas genéticos, exclusivos dos Bororo, de formação óssea e estrutura do tórax, que poderiam estar relacionados com a alta incidência de problemas pulmonares e reumáticos.

Com relação às verbas das aldeias visitadas, pude registrar, no Córrego Grande, que:

1. não foi feita a reforma da enfermaria;
2. há falta de medicamentos;
3. a enfermeira não se encontrava na área, devido a problemas de saúde;
4. há necessidade de visitas mensais da EVS e do dentista;
5. as nutrizes e latentes não estão recebendo os alimentos;
6. há necessidade de examinar a água do poço que é consumida pela aldeia;

Na área de Tadarimana registrei que:

1. há falta de material de consumo (curativos, seringas, medicamentos em geral);
2. a enfermaria do Pobore foi construída;
3. há necessidade de uma atendente no Pobore, pois a enfermeira mudou-se para o rio Jurigue e demitiu-se do cargo.

3.4. Educação

Por ser uma atividade essencial de assistência às populações indígenas, causa espanto o fato de que, no exercício em análise, a atividade educação mereceu na área de Tadarimana, apenas 0,9% da dotação e, na área de Gomes Carneiro, não foi contemplada.

No relatório anterior chamei a atenção para o bom andamento da escola em Córrego Grande. Apontei para a necessidade de apoiar o trabalho da Irmã Maria, que deveria servir de exemplo

para as outras áreas Bororo. Um ano depois, não encontrei continuidade para este esforço sobrehumano. Com a doença e ausência da Irmã, a escola entrou em declínio, pois a professora substituta não estava preparada para dar sequência ao trabalho anterior de desenvolvimento dos alunos, conforme informação dos próprios alunos. Na minha estadia nesta área não encontrei a professora, que se encontrava em férias. Segundo os Bororo, não se justifica a não destinação de verba para a atividade educação, pois a escola é carente de reforma, de material de consumo e apetrechos para a merendeira.

Em Tadarimana, a situação se inverteu, a professora anterior foi afastada e substituída por uma pessoa competente e que foi muito bem aceita pela comunidade. A escola ainda merece atenção e não se justifica o exíguo montante destinado a esta atividade. Torna-se necessário a elaboração de um professor educacional voltado à realidade indígena, como também a regularização do fornecimento da merenda escolar. Segundo os Bororo, a merenda já está em Rondonópolis, e a liberação para a comunidade depende de um aval da FUNAI de Brasília.

3.5. Administração

Esta atividade mereceu, em Tadarimana e Gomes Carneiro, respectivamente, 36,6% e 48,8% da dotação do exercício em questão.

Na aldeia de Tadarimana, os Bororo informaram que receberam uma serra pica-pau e diversas ferramentas agrícolas (machados, foices, facões, limas, enxadas, enxadões, cortelos e matracas).

Com relação à construção do açude e à recuperação de 12 quilômetros da estrada que liga a sede do posto com a aldeia do Pobore, registrei que:

1. o açude foi construído por empreitada particular;
2. o aterro já está plantado com o capim para protegê-lo da erosão e só faltam as chuvas para enchê-lo;
3. foram recuperados três quilômetros da estrada e os trabalhos estavam paralisados após o acidente sofrido pelo empreiteiro.

As viaturas e máquinas da área de Tadarimana estão em bom estado de conservação e de manutenção. A serraria está completa

e funciona precariamente por falta de combustível. Os Bororo controlam a derrubada das piúvas e jatobá, cuja madeira está sendo empregada na construção de casas no Pobore e nas obras de curral e outros melhoramentos da aldeia de Tadarimana. A venda de madeira é feita pela comunidade, uma parte do dinheiro está depositado em poupança e a outra foi usada para a compra de um motor (3 Hp.), utilizado para puxar a água da mina para o centro da aldeia, onde é reservada numa caixa de 500 litros que distribui a água para todas as casas, por meio de encanamentos.

Na aldeia de Córrego Grande, registrei que o aparelho de soldar e o macaco jacaré não foram comprados, que o caminhão F. 1.000 foi roubado em Cuiabá dois meses depois da compra e que o rádio SSB foi instalado na aldeia de Piebaga.

As viaturas, máquinas e equipamentos da área de Gomes Carneiro estão com manutenção precária. Os planos de um desmatamento de 50 hectares e de contratação de uma atendente de enfermagem não foram executados.

CAPÍTULO III

ALGUMAS CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Do que foi relatado, algumas conclusões podem ser tiradas:

a. O estado crítico em que se encontram as áreas de Perigara e Córrego Grande, como também a área de Tadarimana, está diretamente relacionada com as mudanças recentes ocorridas no órgão tutor cujas políticas de agropecuária, saúde e educacional em que pese a dedicação de funcionários regionais e locais, tem sido marcada por hesitações e graves omissões em assuntos que exigem intervenção firme e imediata;

b. Apesar da existência das garantias constitucional e legal, os direitos à terra da população Bororo da Reserva de Teresa Cristina têm sido violadas repetidamente;

c. O território Bororo poderá ser alvo de novas reduções caso não se concretizem medidas eficazes de proteção e vigilância.

Recomendamos as seguintes medidas relativas à questão fundiária:

a. uso das medidas legais disponíveis para a reintegração das áreas invadidas da Reserva Tereza Cristina e proteção e vigilância das outras áreas Bororo;

b. reavivamento dos marcos de Tereza Cristina e demarcação da área de Tadarimana;

c. recursos para maior vigilância do território, em particular combustível;

Recomendamos as seguintes medidas relativas à Saúde:

a. Elaboração de um plano de saúde;

b. concretizar a destinação dos alimentos para nutrízes e latentes;

c. melhoria dos serviços de saúde através de maior treinamento dos atendentes de saúde ou de sua substituição por auxiliares de enfermagem;

d. estabelecer visitas médicas em espaços mais curtos de tempo e com maior permanência nos postos, para que se tenha um quadro concreto das condições de saúde dos Bororo, possibilitando a formulação de medidas preventivas eficazes;

e. abastecer melhor as farmácias e muní-las de geladeiras para a conservação de alguns medicamentos, como, por exemplo, soro anti-ofídico;

f. providenciar atendimento odontológico mais abrangente ;

Recomendamos as seguintes medidas relativas à Educação:

a. programa de educação que respeite e leve em conta o universo cultural indígena;

b. preparação e orientação específica para os professores das escolas indígenas;

c. cursos profissionalizantes de curta duração aos jovens e adultos, como os de motoristas, carpinteiros, corte e costura, etc...

d. regularização da distribuição da merenda escolar;

e. equipar as escolas com material de cozinha necessário para a preparação da merenda;

Recomendamos as seguintes medidas relativas à Agropecuária:

a. agrônomo e técnicos para apoio às atividades agropecuárias, em particular para o combate às pragas e controle do uso de defensivos agrícolas;

b. apoio às roças familiares e a coleta, bem como à comercialização dos produtos;

c. apoio às atividades pesqueiras e aos planos de piscicultura;

d. é imprescindível que os projetos agropecuários sejam elaborados e executados com a participação e controle dos próprios índios;

Recomendamos as seguintes medidas relativas à administração:

a. melhor preparação dos funcionários, tanto no que se refere a suas qualificações profissionais quanto ao que diz respeito ao atendimento da problemática indígena e respeito às suas práticas tradicionais;

b. que o planejamento e o processo de tomada de decisões se faça com a participação ativa dos índios, apoiando-se nas suas formas tradicionais de organização política e social, permitindo à comunidade encontrar respostas próprias a seus problemas e opção mais de acordo com suas particularidades;

c. retirada e proibição da entrada do SIL/SUMNER ou de qualquer organização religiosa, em obediência à constituição e Estatuto do Índio;

d. regularização do fornecimento de combustível e manutenção das viaturas e máquinas.

POPULAÇÃO POR CASA, POR SEXO E IDADE - PERIGARA JUL/86

CASA	SEXO	FAIXA ETÁRIA					T O T A L
		0 - 5	6 - 13	14 - 29	30 - 50	mais de 50	
1	M F	3	4	3	-	1	M 6 F 5 11
2	M F	-	3	3	1	1	M 5 F 3 8
3	M F	1	-	-	1	1	M 3 F 1 4
4	M F	4	1	3	1	1	M 4 F 6 10
5	M F	-	1	3	1	3	M 4 F 4 8
6	M F	1	2	1	1	1	M 3 F 3 6
7	M F	-	-	-	-	2	M 1 F 1 2
8	M F	-	2	-	1	1	M 2 F 2 4
9	M F	2	2	2	-	1	M 3 F 4 7
10	M F	2	2	-	2	-	M 4 F 2 6
11	M F	-	-	-	-	3	M 2 F 1 3
12	M F	5	4	5	2	1	M 10 F 7 17
13	M F	2	2	4	1	1	M 3 F 7 10
14	M F	-	-	-	-	2	M 1 F 1 2
	M F T	10 10 % 20	14 9 % 23	13 11 % 24	5 7 % 24	9 10 % 19	M 51 F 47 T 98 98

BIBLIOGRAFIA

- ALBISETTI, C.E. & VENTURELLI, A.J. - *Enciclopédia Bororo I*. Campo Grande, 1962.
- CROCKER, J.C. - *The Social Organization of the Eastern Bororo*. Ph.D. Thesis - Harvard University, 1967.
- HARTMANN, T.O. - "Cultura Material e Etnohistória". *Revista do Museu Paulista*, vol. XXIII: 175-197, São Paulo, 1967.
- MONTENEGRO, O.P. - "Estrutura e Ritmo da Sociedade Bororo". *Boletim do Museu Nacional*, N.S., Antropologia nº 22. Rio de Janeiro, 1963.
- RATTRAY Hay, A. - s.d. *Saints and Savages*. Brazil's Indian Problem. London.
- SERPA, P.M.N. - Relatório da situação atual dos Bororo Orientais do Mato Grosso (incluindo dados do Rev. Pe. Uchoa). Versão não publicada, datilografada, 1981.

A N E X O 1

ATO Nº 426, de 8 de Janeiro de 1.894.

O Doutor Presidente do Estado, tendo em vista a representação do Diretor Geral dos Índios em ofício de 07 de Dezembro próximo findo, informada favoravelmente pela Diretoria da Terras Públicas, resolve de conformidade com o artigo 107, do regulamento anexo ao decreto nº 38 de 15 de Fevereiro do ano passado, conceder aos índios da extinta colônia Isabel, óra aldeados no lugar denominado Tarigara, o uso fruto de uma área de dez mil hectares de terras devolutas, começando d'aquele ponto e subindo o rio S. Lourenço pela margem direita; o que será melhor determinado pela medição a que oportunamente há de proceder.

Cumpra-se e comunique-se.

Palácio da Presidência do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 08 de Janeiro de 1.894.

a) Manoel José Martinho.

A N E X O 2

abá, 26 de Junho de 1918, 30. da Re-

S. FRANCISCO DE AQUINO CORRÊA
Bispo de Prusiade.
Benito Esteves.
H. Florence

Foi sellada e publicada a presente Resolu-
ção nesta Secretaria do Governo em
Cuyabá, aos vinte e cinco dias do mez
de Junho de mil novecentos e dezoito.

O Director,
José Barnabé de Mesquita

RESOLUÇÃO N. 759, DE 1918

D. Francisco de Aquino Corrêa, Bispo
de Prusiade, Presidente do Estado do
Matto-Grosso.

Faço saber a todos os seus habitantes
que a Assembléa Legislativa decre-
tou e eu sancionei a seguinte Reso-

—Fica creada uma Sub-Inspe-
ctoria Commercial com séde em Corumbá,
naquelle cidade, Miran-
do, Nioac, Coxim, Ponta-Porã, Bel-
lino, Porto-Murinho, Sant'Anna do
Sul e demais localidades consi-
deradas do Sul do Estado.

—A direcção dessa Sub-Inspe-
ctoria compete ao administrador da Re-
censeira do Estado, na cidade de
Corumbá, com as mesmas attribuições do
Inspector Commercial, reguladas pelo
Decreto n. 44, de 31 de Julho de 1893.

—Para organização do serviço
estatístico esta Sub-Inspectoria re-
portará, semestralmente, ao Inspector
Commercial do Estado, um relatório
atualizado do seu movimento.

—Revogam-se as disposições
contrarias.

Mando, portanto, a todas as auctorida-
des a quem o conhecimento e execução
da referida Resolução pertencer, que a
cumpram e façam cumprir fielmente.

O Director da Secretaria do Governo
do Estado, a faça imprimir, publicar e
correr.

Palacio da Presidencia do Estado, em
Cuyabá, 26 de Junho de 1918, 30. da
Republica.

(L. S.) FRANCISCO DE AQUINO CORRÊA.
Bispo de Prusiade.
Benito Esteves.
Henrique Florence.

Foi sellada e publicada a presente Reso-
lução nesta Secretaria do Governo, em
Cuyabá, aos vinte e cinco dias do mez
de Junho de mil novecentos e dezoito.

O Director,
José Barnabé de Mesquita.

RESOLUÇÃO N. 760 de 1918.

D. Francisco de Aquino Corrêa, Bispo
de Prusiade, Presidente do Estado do
Matto-Grosso.

Faço saber a todos os seus habitantes
que a Assembléa Legislativa decretou e
eu sancionei a seguinte Resolução:

Art. 1.º—Ficam abertos ao Poder
Executivo os seguintes creditos supple-
mentares no art. 6.º da Lei n. 732, de 6 de
Outubro de 1915, em vigor no corrente
exercício:

- De 18.900\$000, para occorrer ás des-
pesas consignadas no § 1 ;
- De 5.000\$000, idem idem no § 2 ;
- De 500\$000, idem idem no § 5 ;
- De 1.456\$000, idem idem no § 7 .

Art. 2.º—Revogam-se as disposições em
contrario.

Mando, portanto, a todas as auctorida-
des a quem o conhecimento e execução
da referida Resolução pertencer, que a
cumpram e façam cumprir fielmente.

O Director da Secretaria do Governo
do Estado, a faça imprimir, publicar e
correr.

Palacio da Presidencia do Estado, em
Cuyabá, 26 de Junho de 1918, 30. da
Republica.

(L. S.) FRANCISCO DE AQUINO CORRÊA.
Bispo de Prusiade.
Benito Esteves
Henrique Florence

Foi sellada e publicada a presente
Resolução nesta Secretaria do Governo,
em Cuyabá, aos vinte e cinco dias do
mez de Junho de mil novecentos e de-
zoito.

O Director,
José Barnabé de Mesquita.

RESOLUÇÃO N. 761 DE 1918

D. Francisco de Aquino Corrêa, Bispo
de Prusiade, Presidente do Estado do
Matto-Grosso.

Faço saber a todos os seus habitantes
que a Assembléa Legislativa decretou e
eu sancionei a seguinte Resolução:

Art. 1.º—Fica o Poder Executivo au-
torisado a reservar nas adjacencias das
estações telegraphicas "Nhambiquaras",
"Vilhena" e "José Bonifacio", e nas co-
lonias fundadas e mantidas pela Missão
Salesiana denominadas "Sagrado Cora-
ção", "São José", e "Immaculada Conci-
ção", uma área de 25 mil hectares para
cada uma, de terras devolutas pastnes e
lavradios de boa qualidade, para uso
fructo dos indios e pelo prazo de dez an-
nos, respeitadas os direitos adquiridos.
§ Unico.—Durante esse prazo poderá
o Governo conceder dentro dessa área
terras que se tornarem capazes pelo

seu grau de civilização, os favores esta-
bellecidos no Decreto n. 130 de 4 de
Junho de 1902.

Art. 2.º—Fica o Poder Executivo au-
torisado a abrir o necessario credito para
ocorrer ao pagamento dos accrescimos
dessas subvenções no corrente exercicio.

Art. 3.º—A Santa Casa de Misericor-
dia de Cuyabá, o Hospital de Caridade
de Corumbá, bem como quaesquer ou-

seu grau de civilização, os favores esta-
bellecidos no Decreto n. 130 de 4 de
Junho de 1902.

Art. 2.º—Fica o Poder Executivo au-
torisado a abrir o necessario credito para
ocorrer ao pagamento dos accrescimos
dessas subvenções no corrente exercicio.

Art. 3.º—Fica approvado o acto do
Governo n. 926, de 8 de Janeiro de 1894,
reservando dez mil hectares de terras
devolutas no "Paratinga", para usufructo
dos indios da antiga "Colonia Izabel",
no rio S. Lourenço, devendo o Gover-
no mandar proceder a respectiva medição
e demarcação, que deverá ser no angulo
formado pelas margens direita do São
Lourenço e do "Borêto".

Art. 4.º—Revogam-se as disposições em
contrario.

Mando, portanto, a todas as auctori-
dades a quem o conhecimento e execu-
ção da referida Resolução pertencer, que a
cumpram e façam cumprir fielmente.

O Director da Secretaria do Governo,
a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio da Presidencia do Estado, em
Cuyabá, 26 de Junho de 1918, 30. da
Republica.

(L. S.) FRANCISCO DE AQUINO CORRÊA.
Bispo de Prusiade.
Benito Esteves
H. Florence.

Foi sellada e publicada a presente Reso-
lução nesta Secretaria do Governo, em
Cuyabá, aos vinte e seis dias do mez do
Junho de mil novecentos e dezoito.

O Director,
José Barnabé de Mesquita

RESOLUÇÃO N. 762, DE 1918

D. Francisco de Aquino Corrêa, Bispo
de Prusiade, Presidente do Estado do
Matto-Grosso.

Faço saber a todos os seus habitantes
que a Assembléa Legislativa decretou e
eu sancionei a seguinte Resolução:

Art. 1.º—Sao desde já elevadas a qua-
renta e dois contos de réis a subvenção
que o Estado dá a Santa Casa de Misericor-
dia de Cuyabá, e a dezesseis contos
de réis a que dá ao Hospital de Caridade
de Corumbá, devendo estas subvenções
serem pagas, no começo de cada mez, em
quotas eguaes a duodecima parte.

Art. 2.º—Fica o Poder Executivo au-
torisado a abrir o necessario credito para
ocorrer ao pagamento dos accrescimos
dessas subvenções no corrente exercicio.

Art. 3.º—A Santa Casa de Misericor-
dia de Cuyabá, o Hospital de Caridade
de Corumbá, bem como quaesquer ou-

UNIDADE DE INTERAÇÃO
 FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FUNAMA
 FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FUNAMA - DPI

MEMORIAL DESCRITIVO DE TERRELO
 ANEXO À PORTARIA Nº

DENOMINAÇÃO

ÁREA INDÍGENA PERIGARA

ALDEIAS INTEGRANTES

·
·
·

GRUPOS INDÍGENAS

BORORÓ

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO: BARÃO DE MELGAÇO ESTADO: MATO GROSSO
 UNIDADE REGIONAL DA FUNAI: 5ª DELEGACIA REGIONAL

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	16°48'15,277"S	56°12'31,849"Wgr.
LESTE	16°49'07,935"S	56°06'21,966"Wgr.
SUL	16°55'47,505"S	56°14'00,976"Wgr.
OESTE	16°55'55,014"S	56°15'09,455"Wgr.

BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA	ESCALA	CRÉDITO	ANO
MI - 2282	1:100.000	D S G	1976

DIMENSÕES

ÁREA : 10.740,4115 Ha.
 PERÍMETRO: 61.911,39 metros

ÁREA: DED MIL SETECENTOS E QUARENTA HECTARES, QUARENTA E UM ARES E QUINZE CENTIARES.

[Handwritten mark]

DESCRÇÃO DO PERÍMETRO
 ÁREA INDÍGENA BELIGARA
 ANEXO

PORTE: Partindo do Marco 03 de coordenadas geográficas $16^{\circ}48'15,277''S$ e $56^{\circ}12'31,849''Wgr.$; localizado na confrontação da Fazenda São Francisco (prop. Luiz Figueiredo Barreto) com a Fazenda Santo André; daí, segue por linha reta com azimute e distância de $112^{\circ}20'12,4''$ e 106,04 metros; até o Marco 04 de coordenadas geográficas $16^{\circ}48'16,576''S$ e $56^{\circ}12'28,530''Wgr.$, daí, segue por linha reta com azimute e distância de $125^{\circ}24'25,0''$ e 1.428,48 metros, até o Marco 05 de coordenadas geográficas $16^{\circ}48'42,012''S$ e $56^{\circ}11'48,137''Wgr.$, localizado próximo a uma lagoa; daí, segue por linha reta com azimute e distância de $111^{\circ}49'19,5''$ e 1.406,54 metros, até o Marco 06 de coordenadas geográficas $16^{\circ}48'58,851''S$ e $56^{\circ}11'03,952''Wgr.$, daí, segue por linha reta com azimute e distância de $37^{\circ}16'42,2''$ e 675,29 metros, até o Marco 07 de coordenadas geográficas $16^{\circ}48'41,320''S$ e $56^{\circ}10'50,198''Wgr.$, daí, segue por linha reta com azimute e distância de $126^{\circ}36'55,7''$ e 981,39 metros, até o Marco 08 de coordenadas geográficas $16^{\circ}49'00,258''S$ e $56^{\circ}10'23,506''Wgr.$; daí, segue por linha reta com azimute e distância de $150^{\circ}39'06,1''$ e 638,04 metros, até o Marco 09 de coordenadas geográficas $16^{\circ}49'13,718''S$ e $56^{\circ}10'07,893''Wgr.$, daí, segue por linha reta com azimute e distância de $56^{\circ}00'26,4''$ e 1.254,63 metros, até o Marco 10 de coordenadas geográficas $16^{\circ}48'58,749''S$ e $56^{\circ}09'52,050''Wgr.$, daí, segue por linha reta com azimute e distância de $86^{\circ}42'21,6''$ e 1.828,93 metros, até o Marco 11 de coordenadas geográficas $16^{\circ}48'47,075''S$ e $56^{\circ}09'30,579''Wgr.$, daí, segue por linha reta com azimute e distância de $88^{\circ}34'48,7''$ e 940,76 metros, até o Marco 12 de coordenadas geográficas $16^{\circ}48'46,183''S$ e $56^{\circ}07'58,610''Wgr.$, daí, segue por linha reta com azimute e distância de $89^{\circ}12'31,8''$ e 2.098,83 metros, até o Marco 13 de coordenadas geográficas $16^{\circ}48'44,939''S$ e $56^{\circ}06'47,716''Wgr.$, localizado na margem direita do Rio São Lourenço.

LESTE/
SUL : Do Marco 13 segue pelo Rio São Lourenço no sentido jusante, pela margem direita, com uma distância de 36.232,71 metros, até o Marco 01 de coordenadas geográficas $16^{\circ}55'35,014''S$ e $56^{\circ}15'09,485''Wgr.$, localizado na confrontação com a Fazenda São Francisco (Prop. Luiz Figueiredo Barreto).

MINISTÉRIO DE INTERIORES
FUNÇÃO NACIONAL DO IM - FUNAI
DEPARTAMENTO DE TERRAÇÃO NACIONAL - DPI

DESCRIÇÃO DO TERMO METRO
ÁREA - SISTEMA LEGISLAÇÃO
ANEXO

ESTE: Do Marco 01 segue por linha reta com azimute e distância de $12^{\circ} 11' 44,1''$ e 2.558,05 metros, até o Marco 02 de coordenadas geográficas $16^{\circ} 55' 47,505''S$ e $56^{\circ} 14' 00,970''Wgr.$, daí, segue por linha reta com azimute e distância de $20^{\circ} 48' 03,1''$ e 11.761,79 metros, até o Marco 03, início deste memorial.

OBS: As coordenadas dos pontos limítrofes foram obtidas através de interpolação da carta topográfica, sendo portanto, aproximadas.

LOCAL: BRASÍLIA	TÉCNICO RESPONSÁVEL: <i>Mário dos Santos Alves</i> MÁRIO DOS SANTOS ALVES Tec. Agrimensura DDE/DPI	VISTO:
DATA: 24.01.85		